

## ÍNDICE



	Págs.
AGRADECIMENTO.....	5
ABREVIATURAS UTILIZADAS .....	7
INTRODUÇÃO .....	9

## I

1. Da Relação Jurídica Tributária .....	13
1.1. Noção de Relação Jurídica Tributária.....	13
1.2. Da Noção de Relação Jurídica em sentido formal e em sentido Material .....	26
1.3. Principais Deveres de Cooperação.....	30
1.3.1. Dever de apresentação da declaração Periódica de Rendimentos .....	30
1.3.2. Obrigação de documentação Fiscal .....	32
1.3.3. Deveres de cooperação no caso específico dos preços de transferência.....	40
1.3.4. Deveres de cooperação no caso específico da Tributação dos Juros .....	42
2. Da natureza jurídica e da função dos Deveres de Cooperação atribuídos ao Contribuinte.....	47

## II

1. Do Procedimento e do Processo Tributário .....	57
2. Princípios Fundamentais do Procedimento Tributário.....	58
2.1. Do princípio da legalidade .....	58
2.2. Do princípio da colaboração recíproca.....	77
2.3. Do princípio da participação e do Princípio do contraditório.....	90
2.4. Do Princípio do Inquisitório no Processo Tributário.....	96

## III

## DA APLICAÇÃO DE MÉTODOS INDIRECTOS

	Págs.
1. Avaliação Directa e Avaliação Indirecta da Matéria Colectável.....	111
1.1. Da função da Presunção de Verdade e de boa fé na avaliação directa.....	119
2. Dos Pressupostos de aplicação das regras de Avaliação Indirecta .....	131
2.1. Incumprimento dos deveres de colaboração.....	139
2.2. Vícios Formais ou Materiais que impossibilitam a comprovação e quantificação directa e exacta dos elementos indispensáveis à correcta determinação da matéria tributável.....	145
3. Critérios de determinação da matéria colectável por métodos indirectos: Artigo 90.º .....	180
4. Do dever de Fundamentação da decisão de aplicação de Métodos Indi- rectos.....	186

## IV

DA APLICAÇÃO DAS REGRAS DO ÓNUS DA PROVA  
NA TRIBUTAÇÃO DOS PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA  
E NA SUBCAPITALIZAÇÃO

1. Da Tributação dos Preços de Transferência.....	195
1.1. Das correcções ao Lucro Tributável em consequência da existência de relações especiais.....	197
1.2. Dos Pressupostos de aplicação das correcções ao Lucro Tributável pela DGCI .....	198
1.3. Natureza Jurídica das correcções previstas no artigo 63.º do CIRC e do ónus da Prova dos Pressupostos de aplicação de correcções pela DGCI .....	209
1.4. Do Dever de Fundamentação Específico.....	215
2. Tributação dos Juros nos Contratos de Suprimento — Subcapitalização	218
2.1. Pressupostos de Aplicação do artigo 67.º do CIRC.....	219
2.2. Do afastamento da não dedutibilidade dos juros em excesso — do ónus da prova.....	224
2.3. Do dever de fundamentação específico .....	226

## V

## MEIOS DE REACÇÃO DO SUJEITO PASSIVO

	Págs.
1. Meios Graciosos de Reacção.....	233
1.1. Procedimento de Revisão da Matéria Colectável fixada por aplicação de métodos Indirectos .....	233
1.2. Da Reclamação Graciosa.....	238
2. Meios Contenciosos de Reacção .....	242
2.1. Da acção de Impugnação Judicial .....	242
2.1.1. Dos Pressupostos da Impugnação Judicial .....	245
2.1.2. Da Revogação do acto Impugnado no prazo de contestação .....	253
3. Da Natureza Jurídica do ónus da Prova no Direito Fiscal — ónus da Prova Objectivo ou Subjectivo? .....	256
4. Meios de Prova Admissíveis no Processo Tributário .....	269
5. Sentença de anulação total ou parcial do acto tributário .....	272

## VI

CONCLUSÃO.....	277
----------------	-----

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	287
------------------------------	-----